

36ª Vara seleciona instituição para receber recursos provenientes de prestação pecuniária

A JFPE, por meio da 36ª Vara Federal, abriu inscrições para programa de destinação de recursos provenientes de prestação pecuniária, relativa ao cumprimento de pena ou medida alternativa. Nesta edição do programa, serão destinados R\$ 200 mil, dividido em dez programas no valor máximo de R\$ 20 mil cada um. As instituições públicas ou privadas, com finalidade social, interessadas em participar do programa, devem se inscrever presencialmente, na 36ª Vara (4º andar do edifício-sede, que fica na Avenida Recife, nº 6.250, no bairro do Jiquiá, Recife), no período de 15 a 31 de agosto, das 9h às 18h. Para participar do programa, as instituições devem estar previamente conveniadas com a JFPE e terem recebido, nos últimos 12 meses, pelo menos um prestador de serviço à comunidade que foi encaminhado pela 36ª Vara, além do cumprimento de outros requisitos previstos no Edital. A seleção dos projetos se realizará em três etapas: inscrição, apresentação dos projetos e julgamento. Para se inscrever,



as instituições deverão preencher formulário, anexando ainda uma série de cópias de documentos, a exemplo de estatuto ou contrato social da entidade. A lista completa dos documentos assim como o formulário podem ser acessados no Edital. A entidade que tiver seu pedido de inscrição deferido poderá apresentar, no prazo de 30 dias a partir do dia útil seguinte à publicação do resultado no resultado no Diário Eletrônico da JF da

5ª Região, projeto para aquisição de bens e/ou realização de serviços na área de sua respectiva atuação. Os valores serão destinados às instituições que apresentarem os dez projetos melhores qualificados. O resultado definitivo será disponibilizado na data provável de 15/12/16. Para mais informações sobre inscrições, apresentação de projetos e julgamentos, basta acessar o Edital no site da JFPE: www.jfpe.jus.br.

Licença Paternidade: CJF divulga resolução para servidores da JF



O CJF divulgou Resolução 409/2016 que dispõe sobre a prorrogação da licença paternidade no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus. O benefício, concedido por meio do Decreto da Presidência da República nº 8.737 de maio de 2016, estabelece que além dos cinco dias já garantidos pelo art. 208 da Lei nº 8.112, de 1990, o servidor poderá requerer prorrogação de mais 15 dias, totalizando 20 dias de licença. O benefício deve ser requerido no prazo de dois dias úteis após o nascimento ou a adoção. De acordo com a resolução do CJF, para ter acesso à prorrogação de licença, é necessário que o servidor apresente comprovante de participação em programa ou atividade de orientação sobre paternidade responsável. Para mais informações, acesse a íntegra da Resolução 409/2016 na intranet da JFPE.

Lei nº 13.290/2016: Alerta sobre desligamento de faróis ao sair do carro

No último dia 8/7/16, a Lei Federal nº 13290/2016, que obriga o uso de farol baixo em rodovias federais e estaduais durante o dia, começou a valer. A regra vale para todos os veículos e quem desobedecer corre o risco de pagar multa no valor de R\$ 85,13, além de quatro pontos na CNH. Com a obrigatoriedade do uso do farol, a Direção do Núcleo de Administração e o Setor de Segurança alertam os magistrados e servidores da JFPE para observar se os faróis estão desligados ao sair do carro. De acordo com os setores, foi verificada uma maior ocorrência de veículos com o farol aceso no estacionamento do edifício-sede, e conseqüentemente, com a bateria descarregada. “Ao esquecer o farol aceso, a bateria do carro descarrega. Não adianta dar a partida no carro pois ele não vai ligar”, explica o supervisor de Segurança, Marcelo Macêdo. O diretor do Núcleo de Adm., Josemar Melo, informa que a atenção deve ser redobrada ao sair do veículo. “Devemos ter atenção, mas, para os motoristas que esquecerem os faróis acesos em nosso estacionamento e a bateria vier a descarregar, é só entrar em contato com a Segurança no ramal 6239 ou com a Recepção no 6114. Já se encontra disponível para os motoristas, no Setor de Segurança, um cabo de extensão para bateria, comumente chamado 'Chupeta', para acionar o motor do veículo”, explicou.



Subseção de Palmares comemora sucesso da campanha “Otimizar Já”



A 26ª Vara Federal, localizada em Palmares, vem mostrando que o trabalho em conjunto é capaz de render ótimos resultados. Iniciada em abril deste ano, a campanha por redução de consumo intitulada “Otimizar já na Justiça Federal”, em três meses conseguiu diminuir gastos

com consumo de materiais, como copos descartáveis, papel toalha e papel A4, além de água mineral e, principalmente, energia elétrica. De acordo com os servidores, organizadores da campanha, as ações coletivas de redução de gastos representaram até agora uma

economia de mais de R\$ 11 mil, sendo mais de R\$ 9 mil, só de energia elétrica. E os ganhos vão além da economia financeira, pois recursos naturais, como água e árvores, estão sendo poupados, representando assim, um passo importante para sustentabilidade do planeta.